

O
PARAHYBANO

23 DE SETEMBRO
DE 1892

O PARAHYBANO

DIARIO POLITICO, LITTERARIO E NOTICIOSO

Redactores principaes: Eugenio Toscano e Arthur Achilles

Anno I

REDACÇÃO E TYPOGRAPHIA

RUA DA MISERICORDIA N. 9 A

Avulso do dia..... 60 rs.
Do dia anterior..... 100 rs.

PARAHYBA DO NORTE

SEXTA-FEIRA 23 DE SETEMBRO DE 1892

ASSIGNATURAS

CAPITAL.—Por tres mezes..... 3\$000
INTERIOR E ESTADOS.—Anno..... 14\$000
Sem. . . 8\$000—Trim. . . 4\$000

N. 173

AVISO

Pedimos aos nossos assinantes da Capital e interior, que se acham em atraso, o obsequio do mandarem saldar seus debitos com esta empresa, a fim de não lhes suspendermos a remessa de nossa folha.

A Redacção

Tio e sobrinho

E' geral a descrença que lavra no paiz pela obra de 15 de novembro, e foi um inspirado o sr. Aristides Lobo quando n'aquelle dia deixou escapar aquella phrase, tornada celebre, porque concretizou todos os sentimentos da alma nacional sob a republica.

Se sob o regimen decahido pouco importava se o povo com a politica, sob o actual tem elle mais do que indiferença para ella: tem asco e nojo; e quando as commoções, os impostos, a carestia da vida, a falta de tranquillidade, tudo enfim que lhe perturba o socego, o aperta n'esse circulo de ferro, elle, em sua philosophica bestialidade levanta ligeiramente os hombros e diz: o que querem? E' a republica!

E' a republica com effeito, mas não como a sonharam e queriam os seus verdadeiros apostolos, mas como a fizeram os traidores e gananciosos, essas sinistras gralhas que, ornadas de vistosas pennas, ainda hoje fazem ouvir em todos os recantos do paiz a sua discordante e lugubre voz!

Jámais, nos mais tetricos dias do imperio, vio-se nos homens do então, tanta desfaçatez e corrupção, e o filhotismo e a advocacia administrativa que tantos males nos causaram n'aquelle tempo, mais desassombrados campeiam hoje sob protectorado do sr. marechal Floriano Peixoto!

Lei, onde está o sagrado culto que a ti se deve? Costumes, onde a tua pureza? Virtudes civicas, em que antro fostes esconder-vos?

E' uma dissolução em tudo, e de que a Historia só nos fornece exemplos no declinio da grande republica romana!

E os espiritos fracos e as almas timidas não vendo salvação para evitar o despenhar nesse abysmo hiante que ameaça tragar a nossa integridade, o nosso credito, a nossa liberdade e o nosso Deus, volvemos esperançosos olhos para uma restauração, que seria, em sua rapida passagem pelo poder, como um tufo que tudo destruiria, se alguma cousa ainda encontrasse de pé!

Não, não é d'essa restauração que nós precisamos, não é por ella que anheia o paiz; para desgraça nossa já não basta por ventura o ominoso governo do sr. marechal Floriano Peixoto e dos sa-

trapas que s. exc. cuidadosamente collocou em cada um dos estados da União?

A restauração de que precisamos é da liberdade, é a restauração da lei, é a restauração da justiça! Mas, para isso é preciso que á frente dos estados sejam collocados homens que saibam comprehender a responsabilidade de um governo e tenham bastante valor moral para governar os povos!

O criancola estonteado e desorientado que nos desgoverna é o mais palpitante specimen d'essa politica inaugurada no Brazil a 23 de novembro com a subida a curul presidencial d'esse homem profundamente temivel e sem escrúpulos, perante o qual a Historia ha de quedar-se muda e assombrada, o mais muda e assombrada ainda ante a longanidade d'esse povo para o soffrimento!

Que onda de indignação não se levantaria na alma da opposição se, sob o imperio, se lembrasse um ministro de mandar administrar uma provincia um Alvaro Machado? E quando alguma vez o filhotismo ponde mais do que a moralidade publica e vio-se taes escandalos, o leão improvisado cahia logo chato ao peso do ridiculo e da reprobção geral!

E como não subiria o pejo á face de todo parahybano ao lembrar-se que esse Alvaro era digno sobrinho d'esse tio Abdon que tanto e tão grande e indebita intervenção está tendo nos negocios da Parahyba? D'esse Abdon que na opinião do illustre barão de Pedro Affonso é digno do respeito imposto pelas desordens que a vida longa e de causas prolixas e que acabam, quasi sempre, tornando o homem irresponsavel e que, elle só, é perigo maior para todo o povo do Brazil do que as epidemias que possamos soffrer!

E entretanto o barão de Pedro Affonso não conhecia toda a tenebrosidade d'aquelle alma, toda a hediondez d'aquelle caracter, toda a degeneração d'aquelle espirito que deixou n'esta terra tão profundo sulco, que nem a acção do tempo nem o esquecimento dos homens poderam extingui-lo! E como se não bastasse para tormento do nossos brios essa execranda memoria de Jacques Ferrand, o clementissimo governo do sr. marechal Floriano Peixoto vem avival-a com um seu descendente collateral e que prometia não desmentir a sua origem!

Incontestavelmente a moralidade republicana não pode menos a do Imperio.

EUGENIO TOSCANO.

Interpretemos os decretos

O «Correio Official» de 21 sahio-se galhardamente em defesa dos decretos de 11 elaborados e publicados em nome do major Alvaro Machado, governador deste Estado, embora governador illegal, como não cessaremos de repetir, porque o poder constituinte do Estado, o congresso, que promulgou a constituição de 30 de julho arredeou-lhe completamente a faculdade de exercer o poder executivo do Estado, apontando o legitimo substituto do seu presidente, cuja eleição mandou o mesmo congresso que se procedesse no dia 7, dando em resultado a triste bacchanal, que tantas vezes temos profetizado.

Depois dos qualificativos altisonantes attribuidos ao idolo, cuja fealdade procurto os adaladores velar com as enomásticas expressões de que se servem sempre que fazem referencia a pessoa do sr. Alvaro Machado, hoje a fonte de onde emana todo bem para esta terra que vae retrogradando em fortuna e em moralidade, sub Abdon, Mello, Machado & comp. transcreve e no seu hebdomadario algumas disposições do decreto n. 7 de 23 de novembro de 1891, publicado pelo governo provisório da republica brasileira, offerecendo-nos e em ellas uma excepção peremptoria a justa censura que temos levantado contra aquelles decretos, especie de manda chuvia de ouro para as miríadas arcas do thesouro publico.

Com o decreto de que nos vamos occupar, para logicamente demonstrar que as suas disposições não podem amparar os decretos illegaes publicados pelo sr. governador, não descobrio s. s. o xarope do bosque e com elle não colhem os seus defensores as vantagens de moralisação por um acto que pecca pela erigem de onde emana, daptamente, já porque a fonte é impura, e sobre tudo porque della não deviam jamais derivar os actos que formão o contexto dos dois arguidos decretos de 11 de setembro.

Baixando o decreto de 23 de novembro de 1891 o governo revolucionario que procurava firmar uma instituição e regimem novo de governo, tratou de dissolver as assembleias provinciais das extintas provincias, para que estas se podessem mais tarde constituir em Estados autonomos, por meio de verdadeira assembleia constituinte.

Ora, desaparecido o poder legislativo, necessariamente devia-se acantelar sobre as emergencias por ventura a ocorrerem em um periodo de reconstrução, até que convocadas as assembleias constituintes podessem ellas prover a essas emergencias; e como o governo provisório do Brasil e bem assim os provisórios dos Estados erão o producto de uma revolução triumphante que quasi tudo destrua para poder bem reconstruir de plena intuição que o mesmo poder revolucionario concentrasse como concentrara em si todas as faculdades conferidas aos outros poderes que estavam pela propria natureza da revolução dissolvidos.

Entretanto tudo isto era transitorio, o que bem indica a propria denominação — governo provisório, governador provisório. E o decreto de 20 de novembro de 1891, particularmente as attribuições dos governadores dos Estados.

Por isto mesmo se diz no art. 2.º e não 3.º, citados pelo «Correio Official»,

que aos governadores dos Estados compete até a definitiva organização dos mesmos Estados as faculdades que foram exercitadas pelo sr. Alvaro Machado nos decretos de 11 deste mez.

Para bem comprehendermos uma lei faz-se preciso que estejamos bem penetrados do alcance e força de suas palavras, pois seguindo o principio da hermeneutica: — *circa leges non est verbum eorum tenere, sed vim ac potestatem*.

E para sabermos, no tocante a questão que nos occupa, se o sr. Alvaro Machado podia amparar-se no decreto de 20 de novembro de 1891, para legislar sobre divisão civil, judiciaria e ecclesiastica, e, bem assim, sobre creação, arrecadação e distribuição de impostos, cumpre que nos instruamos sobre a intelligencia das palavras até a definitiva organização dos Estados.

Ninguém dirá em boa fé que a expressão definitiva organização de um Estado possa ser tomada em um sentido absoluto, porque então chegaríamos a anomalia do reconhecimento de dois poderes girando em esferas distinctas e com attribuições diversas, para ser um ab-sorvido pelo outro, como no caso vertente.

Segundo o mecanismo da nossa organização é manifesto que o governo do paiz, como dos Estados se exerce por tres poderes independentes e harmonicos entre si, o poder executivo, o legislativo e o judiciario.

Decretada a constituição do Estado, nella se define e organisa os mencionados poderes, com a competencia de cada um dellos.

Foi o que fez a constituição promulgada a 30 de julho neste Estado.

E por ella ficaram constituidos e definitivamente organizados os dois primeiros poderes, e principalmente o poder legislativo, que ficou immediatamente no gozo de todas as faculdades conferidas pela mesma constituição.

Desappareceu, portanto, a respeito do poder legislativo a provisoriidade que lhe deferia as faculdades de sua natureza ao governador que representa o poder executivo.

Por tanto no tocante a instituição do poder legislativo está definitivamente constituido o Estado da Parahyba do Norte, pois o exercicio de suas funcções não depende nem da regulamentação, nem de licença do poder revolucionario, que a respeito das faculdades legislativas ficou della libertado, restringindo-a a sua esphera particular de cumprir e fazer cumprir fielmente as leis emanadas do unico e legitimo poder soberano do Estado.

Se assim não fora, terminada a funcção constituinte do congresso, não permaneceria elle como assembleia legislativa, para reunir-se e decretar as outras leis complementares da constituição.

A observancia, porém, da constituição independe de leis complementares para o funcionamento dos poderes, que ficaram definitivamente organizados.

Não se pode dizer outro tanto quanto a organização do municipio, e do poder judiciario que apenas ficaram definidos mas não constituidos, dependendo a sua definitiva organização de leis complementares, a que se refere a mesma constituição.

Mas porque o estado não está definitivamente constituido no referente aos municipios e ao poder judiciario, não se pode dizer outro tanto quanto ao poder

executivo e legislativo, que somente a má fé e a ignorancia podem articular não serem ficados definitivamente constituidos pelos preceitos constitucionaes, independente o seu livre exercicio de leis reguladoras de suas attribuições e do mesmo exercicio, cuja unica lei é a propria constituição que lhes wareou os limites de sua esphera, determinou a somma de suas faculdades e o modo de serem ellas exercitadas.

Assim pois o definitivamente organizado do decreto de 23 de novembro de 89 não tem mais applicação ao nosso caso, e claudica o sr. Alvaro Machado attribuidos se uma faculdade que lhe não compete, e claudicarão os seus defensores, que não soberão ou não quizerão comprehender o decreto em que se estribam.

Terçando com as armas do raciocinio cahem de uma vez os sustentadores de tanta illegalidade que ali corra parellhas com a indecencia da continuação de um governo que está condemnado pela animadversão publica, por que é um governo exercitado por homens que se impõem pelo direito da força, contra a força do direito que ha de cedo ou tarde esmagalos reduzindo-os as suas justas proporções.

ANTONIO BERNARDINO.

A farça eleitoral em S. Luzia

A terra do sr. Abdon Nobrega não podia ficar aquem das outras: Santa Luzia do Sabagy também brillou no dia 7 de setembro pela desfaçatez e pelo eguismo com que *suffrago* o nome do sr. Alvaro Machado e da seus companheiros de chapa para presidente e vice-presidentes do Estado.

O sr. Floriano Peixoto deve estar contente: o seu pupillo é com effeito um homem popularissimo na Parahyba e sob a titella do sr. Gama e Mello irá aos astros.

Os trechos de uma carta que em seguia, da publicamos, bem como duas petições com os respectivos despachos, dirigidas aos presidentes das mezas eleitoraes, esclarecerão os leitores sobre a influencia politica do sr. Abdon Nobrega e da liuro com que s. s. costuma proceder nos actos de sua vida publica.

«Assisti a eleição na 1.ª secção; fiada a chamada vi um punhado de eleitores na indecencia e em presença de tres testemunhas alistados em n.º de 23, senão o excesso de 24, constante da acta, *peba*; na 2.ª secção votaram 8, sendo o excesso do 27 *tambem peba*.

«Na 2.ª secção não se fez chamada do eleitores; disiam os membros da meza: quem for eleitor appareça e venha votar.»

«Ilustre eidação presidente da meza eleitoral da 1.ª secção do municipio do Santa Luzia do Sabagy.—O alferes Pedro Tavares de Maceo, eleitor deste municipio, precisa para fins do direito e na forma da lei que lhe mandeis dar por certidão o numero e nome dos eleitores que votaram em dita secção na eleição de hoje. Assim P. deferimento. E. R. M. Villa de Santa Luzia do Sabagy 7 de setembro de 1892.—Pedro Tavares de Maceo. (Despacho) Não tem Luzia o que pe-do, S. Luzia 7 de setembro de 1892.—O'cira.

«Ilustre presidente da meza eleitoral da 2.ª secção do municipio do Santa Luzia do Sabagy.—O tenente coronel Januario Alvares da Nobrega, eleitor deste muni-

IMP. NA TYPOGRAPHIA DOS HER
EIROES DE J. R. DA COSTA.